



SINALIZANDO COM OS TERENA: um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativos por indígenas surdos

Yasmin da Silva Candelario

O presente artigo **Sinalizando Com os Terenas:** um estudo do uso da libras e de sinais nativos por indígenas surdos, faz-se analisar o artigo da pesquisadora Priscila Alyne Sumaio.

O estudo se propõe abordar sinais, utilizados em uma comunidade indígena. O estudo de uma língua ou cultura indígena brasileira mostra-se como de extrema importância do contexto como o atual em que a preservação e a valorização de uma língua podem significar a sobrevivência e afirmação cultural de um povo, além de permitir a discussão e o entendimento do funcionamento das línguas em geral, contribuindo com o diálogo com teorias.

Para tanto, pode-se afirmar que a língua terena, família Aruak, é falada pelo povo homônimo que habita em várias comunidades indígenas nos estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. O estado de Mato Grosso do Sul abriga a segunda maior população indígena do país, com 65.984 pessoas, divididas em diferentes etnias. Segundo o último censo demográfico (2010) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a etnia terena é a quinta com maior número de indígenas, por localização do domicílio, contando com 28.845 pessoas, divididas em 17 terras: Água Limpa, Limão Verde, Taunay/Ipegue, Aldeinha, Araribá, Buritizinho, Dourados, Ikatu, Kadiwéu, Lalima, Nioaque, Pilade Rebuá, Umutina, Nossa Senhora de Fátima, Terena Gleba Iriri, Cachoeirinha e Buriti.

O foco da pesquisa de investigação, relata a pesquisadora, a princípio, foi a comunidade indígena de Cachoeirinha, próxima ao município de Miranda, estado do Mato Grosso do Sul, onde a língua indígena é amplamente falada e onde se encontram grupos de pessoas surdas cujo tipo de língua lhe interessa. Apesar das discussões em torno das línguas de sinais, uma língua indígena de sinais é fato raro no país. Dificilmente tem divulgação na



mídia, o que seria interessante para garantir ainda mais os direitos desses grupos minoritários.

SUMAIO 2014 “Pude perceber, visitando a aldeia de Cachoeirinha, com a devida autorização da comissão de educação e do cacique, e sob a supervisão da pesquisadora Denise Silva – que trabalha com a língua oral terena há vários anos - e de minha orientadora que: existem várias pessoas surdas na comunidade - apesar de não se saber se a razão é genética ou de outro tipo - bem como em Babaçu, Argola e outras. Esses jovens foram receptivos à minha proposta, se comunicando comigo. Todos os que conheci inicialmente falavam a língua brasileira de sinais, apesar de apenas um deles falar com bastante fluência..

Conheci as famílias com filhos surdos¹, com quem conversei. O estudo dessas pessoas, das línguas que utilizam, gera uma sensação de integração em toda a comunidade. Não que os surdos sejam excluídos propositalmente, muito pelo contrário: toda a comunidade, os professores, e principalmente, as famílias desejam se aproximar e conhecer, de fato, quem são esses que falam outra língua, que possuem outra cosmovisão. Outras famílias, porém, com outros membros surdos, ainda seriam contatadas numa próxima visita à aldeia e consultadas sobre o desejo de participar do projeto, para uma maior coleta de dados e melhor análise da situação, até mesmo do ponto de vista demográfico, na medida do possível, afirma a pesquisadora.

Em suas pesquisas, relata que os surdos são oralizados e fazem um pouco de leitura labial da língua portuguesa. Fazem isso também, mas com dificuldade, com a língua terena. Ainda assim, a bibliografia consultada e minha experiência como intérprete para surdos permitiram perceber que, de fato, a língua mais natural para o surdo é a de sinais. Desta forma, dar assistência à comunidade com oficinas sobre línguas de sinais, que foi um pedido formal feito a mim por parte dos professores, também se mostra parte importante do projeto, pois visa à integração, de fato, dos surdos à comunidade e inclui a observação de como isso se dá por meio da língua apropriada e do combate aos preconceitos.

Uma oficina com conceitos básicos sobre características de línguas visuais, o surdo e a surdez foi ministrada por mim na Escola Estadual “Cacique Timóteo” – que é uma escola da aldeia Cachoeirinha. Ao final foram ensinados tópicos básicos da língua brasileira



de sinais como o alfabeto manual, os números, os cumprimentos e os dias da semana. Os professores receberam essa oficina com ansiedade e muito entusiasmo.

Percebi que a comunidade necessita e deseja muito ter professores e intérpretes autóctones, capacitados para atender a esses surdos terena da melhor maneira possível, interpretando as aulas e respeitando sua cultura surda e também indígena.

Como já dito, o trabalho envolve grupos distintos, destacando elementos da visão de mundo dos surdos e da visão de mundo dos ouvintes terena, que caminham juntas nesse caso. Espero, de maneira geral, poder colaborar para que ocorram mudanças positivas na comunidade em relação à língua e à cultura dos surdos.

Entretanto, um grupo de pessoas terena surdas, localizado na comunidade de Cachoeirinha-MS, desperta a atenção da comunidade e de linguistas, pois os surdos estão se comunicando com sinais diferentes dos sinais da LIBRAS², então questiona-se se isso seria uma língua terena de sinais, criada por eles.

Este tipo de trabalho se justifica, portanto, por seu caráter inédito e relevante, por ser necessário verificar se esta língua indígena de sinais está realmente sendo utilizada e, se está, de que maneira, por estas pessoas. Ao lado da clara importância científica/acadêmica, apresenta importância social, por contribuir com a melhoria da condição de vida do surdo.

O Mato Grosso do Sul abriga uma das maiores populações indígenas do país. Os Terena, por contarem com uma população bastante numerosa e manterem um contato intenso com a população regional, são o povo indígena cuja presença no estado se revela de forma mais explícita, seja através das mulheres vendedoras nas ruas de Campo Grande ou das legiões de cortadores de cana-de-açúcar que periodicamente se deslocam às destilarias para a changa, o trabalho temporário nas fazendas e usinas de açúcar e álcool. Essa intensa participação no cotidiano sul matogrossense favorece a atribuição aos Terena de estereótipos tais como “aculturados” e “índios urbanos”. Tais declarações servem para mascarar a resistência de um povo que, através dos séculos,



luta para manter viva sua cultura, sabendo positivar situações adversas ligadas ao antigo contato, além de mudanças na paisagem, ecológica e social, que o poder colonial e, em seguida, o Estado brasileiro os (sic!) reservou. (AZANHA; LADEIRA, 2004, ISA)

Sabemos que “a tradição oral revela os momentos mais significativos da história dos povos indígenas. A língua falada pelos Terena é a mais importante fonte que se tem para se conhecer parte da história mais recente e também do passado mais distante.” (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 11)

As autoras estão se referindo à língua oral terena. Entretanto, acreditamos que os sinais, e possível língua de sinais dos terena, também possuem essa característica, ou seja, são capazes de fornecer informações valiosas acerca da história dos surdos terena, dos processos pelos quais passaram e pelos quais ainda estão passando ou passarão, no desenvolvimento de seus conhecimentos, sua cultura, suas identidades como indivíduos e também como surdos e indígenas. As antropólogas também colocam que podemos conhecer o passado dos Terena pelos produtos da cultura material, como objetos de cerâmica, de tecelagem, instrumentos musicais, que revelam muito dos hábitos e costumes antigos e que atualmente nem sempre existem mais. Pode-se também recorrer aos textos escritos, desenhos, pinturas, fotografias feitos por brancos que estabeleceram contatos em diversos momentos com os Terena. (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.11)

Além de revelarem histórias do passado desse povo, devemos perceber que os sinais terena, assim como os sinais da LIBRAS e de qualquer outra língua de sinais, possuem uma grande carga de iconicidade. Por isso, conhecer a cultura material terena e seus elementos, como colares de sementes, potes de cerâmica, cocares, pintura corporal nos permitiu questionar acerca de sinais para falar desses importantes símbolos culturais. Conhecemos os sinais para esses objetos, que são diferentes da LIBRAS e não parecem ter sofrido influência dessa língua. Os sinais terena também não parecem sofrer de alguma maneira influência da língua oral terena, visto que os surdos terena com os quais trabalhamos nunca passaram por tratamento com fonoaudiólogos específicos com treinamento para oralização nem de português e nem de terena. Os sinais terena, utilizados pelos surdos terena desde sua infância, caso se mostrem como uma língua de sinais, de fato, podem ser entendidos como uma língua materna terena no caso, especificamente dos surdos terena. Essa



constatação pode gerar, portanto, uma série de mudanças e renovações no ensino desses surdos terena nas aldeias, que na prática poderia ser a capacitação de surdos terena e de professores terena ouvintes trabalhem com esses surdos, além de maior capacitação para todos os professores que trabalharemos com eles, salas de recursos nas escolas indígenas, materiais pedagógicos adaptados e apropriados para essa situação, dentre outras mudanças necessárias e desejadas pela comunidade.

A autora Sumaio afirma, “Minha primeira experiência mais concreta, ou seja, inserida numa comunidade indígena, ocorreu no ano de 2009. Em meu primeiro ano na universidade, juntamente com um grupo de colegas, pesquisei sobre produção textual e produção textual com surdos. Minha orientadora, que pesquisa a língua juruna há mais de 20 anos, sempre citava a beleza da cultura e da língua desse povo, o que despertou em mim a vontade de conhecê-los e aprender com eles. No segundo ano de minha graduação, então, comecei a trabalhar com numerais, matemática e educação escolar indígena dos yudjá (autodenominação). Fui para o Xingu, para a aldeia Tubatuba, em julho desse mesmo ano, com minha orientadora, a Profa. Dra. Cristina Martins Fargetti. A grandeza desse lugar e desse povo causou um profundo impacto em mim e me despertou a buscar cada vez mais conhecimento das culturas indígenas. Posteriormente, pude fazer mais duas coletas de dados, uma com uma informante, Yawadá, que mora em Brasília, mas veio até desse modo, me dediquei a conhecer melhor os surdos terena, suas famílias, seus amigos, professores, intérpretes, todo seu contexto e registrar seus sinais, buscando entender como esses se ligam a sua realidade/cultura e influenciam na construção de sua identidade”.

Assim, buscamos registrar os sinais, entender sua origem e seu uso, e procuramos perceber a conexão entre eles, se existe uma estrutura, uma gramática, ou seja, se podemos considerar que existe uma língua terena de sinais.

Comecei meu trabalho na aldeia de Cachoeirinha, do município de Miranda-MS, onde mora Ondina, mãe de três filhos surdos e, à medida que o trabalho avançava, pude conhecer surdos nas aldeias Babaçu, Morrinho e de Argola (uma senhora), bem como outros de Cachoeirinha e assim, hoje trabalho com informantes dessas aldeias também, onde todos.

A relação entre o conhecimento dos índios surdos e sua educação



Vilhalva observa que o ministério da educação ainda “não desenvolveu nada específico para o índio surdo, pensando em outra língua usada que não fosse a Libras” (VILHALVA, 2012, p. 79). Este presente trabalho aponta que há outras línguas de sinais sendo utilizadas no Brasil e os terena, com o apoio em especial dos agentes de educação devem exigir do governo a ampliação das suas possibilidades nesse sentido, construindo, por exemplo, novos projetos político pedagógicos.

É possível perceber então que a história do povo terena é marcada por perdas e conquistas desde o início e que esse povo continua lutando em busca de melhorias de sua situação atual, nos âmbitos social, linguístico e em outros. Também percebe-se que os surdos terena possuem diversos sinais que retratam sua cultura e que as línguas de sinais, com várias características como a iconicidade, por exemplo, podem contribuir para o crescimento de discussões nas pesquisas sobre linguística do país e do exterior.

De maneira geral, podemos perceber que os surdos terena se enxergam e procuram se posicionar como diferentes, não como deficientes. Reconhecem, sim, a surdez como patologia, mas isso não impede de se enxergarem como plenamente capazes de desenvolverem-se como indivíduos completos, com habilidades e conhecimentos como os de qualquer ouvinte para trabalhar, estudar, aprender, se divertir, formar uma família e cumprir com qualquer responsabilidade esperada de um ouvinte pela sociedade. Eles diariamente sentem a visão de ouvintes e ocasionalmente talvez até a pressão para que eles mesmos se enxerguem como deficientes, incompletos, entretanto, eles mesmos não se sentem assim, sabem que são apenas diferentes. Eles aparentam também ter consciência de possuir características diferentes dos ouvintes, elementos que podem ser identificados como pertencentes a uma cultura específica, como, por exemplo, o tipo de piada, de histórias que se contam, de brincadeiras que se fazem e a maneira como essas surgem muito espontaneamente, que são reconhecidas por serem da cultura surda.

Eles não parecem entender sua condição como anormalidade, sendo em sua maioria muito independentes e não aceitando o preconceito de ouvintes que insistem em vê-los como incapazes, desprovidos de conhecimentos ou inteligência etc.

Os surdos terena em nenhum momento declararam considerar a língua oral superior às línguas de sinais ou aparentam acreditar nisso. Eles apenas conseguem identificar e reconhecer que os ouvintes tem a língua oral e mais especificamente o português como a “língua nacional”, como a mais importante do território. Fica claro que gostam de usar



sinais, se identificam com esse tipo de língua, muito mais do que com as línguas orais, apesar do fato de que gostariam de poder se comunicar mais e melhor com os ouvintes, que nem sempre se esforçam para ou conseguem aprender os sinais para estabelecerem contato com eles.

Sobre gestos, sinais caseiros e sinais

Sobre gestos usados pelos surdos, Santana coloca que:

Para fugir do isolamento social resultante da ausência de língua, a criança surda usa gestos, icônicos e indicativos, a fim de comunicar-se com os ouvintes. O uso de gestos não é exclusivo dos surdos, pois pequenos ouvintes também os produzem e interpretam durante seu desenvolvimento. Pelo fato de a língua de sinais possuir um canal visuo-manual, os sinais são confundidos, muitas vezes, com gestos. Contudo, uma seqüência de gestos não implica uma língua. Mas até que ponto os gestos fazem parte da língua? Como poderíamos discutir a relação entre gesto e língua tomando como posto de observação o contexto da surdez? (SANTANA, 2007, p. 79)

Estudar essa relação parece muito conveniente e enriquecedor para um trabalho como o nosso, visto que uma seqüência de gestos não implica uma língua necessariamente, mas podem ser parte fundamental do início de uma, no caso das línguas visuais.

A autora diz que:

Nos estudos sobre a língua de sinais, há poucas referências à sua relação com o gesto. Tem-se privilegiado, geralmente, a análise da estrutura “padrão” – principalmente em relação à língua de sinais

brasileira – enquanto há ainda muitos pontos a serem considerados: relação gesto/língua, discussão sobre o processo de aquisição da língua de sinais, interações efetivas e não efetivas das quais o surdo participa. (SANTANA, 2007, p. 83)

Acreditamos que trabalhos como esse, que avaliam sinais criados em uma comunidade específica, em um período relativamente recente (provavelmente menos de um século) e que podem configurar uma língua podem contribuir para uma boa análise dessas relações. A autora explica que:

No desejo de participar, interagir e comunicar-se, as crianças surdas filhas de pais ouvintes criam um sistema de comunicação particular, denominado, para alguns autores, de simbolismo esotérico e, para outros, de sinais domésticos (*home signs*). Simbolismo esotérico é o nome dado por Tervoort (1981) ao modo de comunicação gestual particular entre o filho surdo e os pais ouvintes. A formalização dessa significação é chamada, pelo autor, de linguagem esotérica (*esoteric language*) devido à forma como é construída: por meio da produção de gestos e mímica que nada mais são do que representações subjetivas de objetos e situações. A criança imita aquilo que lhe chama mais atenção. Ela coloca a subjetividade em ação (o que o objeto significa para ela: medo, alegria etc). (SANTANA, 2007, pp. 83-84)

Santana cita outros autores que chamam esse conjunto de gestos de “sinais domésticos” (Goldin-Meadow, 1979; Mayberry, 1992; Morford, 1996 apud Santana, 2007).

Segundo Morford, eles são estruturados independentemente da fala e exibem muitas similaridades com a língua de sinais. Contudo, sua estrutura envolve generalizações simples. Os gestos podem ser definidos como: dêiticos (que marcam referência no ambiente) e icônicos ou descritivos (as pantomimas). O uso dos

gestos não está diretamente relacionado à aquisição da língua de sinais, mas o grau do domínio dessa língua depende da estrutura dos gestos. Isso evidencia que os gestos influenciam a aquisição da linguagem: a representação icônica é importante para o processo lingüístico. Morford ainda defende que esses gestos refletem o desenvolvimento da capacidade lingüística inata da criança na ausência da linguagem. Ou seja, as crianças criam o próprio sistema comunicativo quando não recebem *input* lingüístico. (MORFORD, 1996 apud SANTANA, 2007, p. 85)

Consideramos ainda muito relevante colocar uma tese de Kegl, Senghas e Coppola (1999 apud Santana, 2007) citados pela autora:

Para os autores, os sinais domésticos podem ser considerados mímicas, mas não contêm sistema gramatical. São realizados com o corpo todo, e a comunicação depende fortemente do contexto, quase como sinais individuais. As expressões faciais transmitem afeto, mas não correspondem a um sistema gramatical, diferente da língua de sinais. Contudo, se uma criança que produz esses sinais entrar em contato com outra que também os produza, estes podem se tornar mais estruturados, mas somente entre as crianças que possuem idade inferior a sete anos. Os autores acrescentam que os sinais domésticos não podem ser considerados um pidgin para a origem da criolização. (KEGL, SENGHAS e COPPOLA, 1999 apud SANTANA, 2007)

Como já foi colocado, os sinais terena desenvolveram-se quando os surdos terena que os utilizam eram crianças, em fase de aquisição da linguagem, mais especificamente começando quando tinham seus 2, 3 anos de idade. Entretanto, os sinais que conhecemos e estudamos hoje parecem estar longe de ser apenas mímicas, sem qualquer sistema gramatical. Não são realizados com o corpo todo, como seria próprio de pantomimas, mas em geral apenas com as mãos e expressão facial. De acordo com o que presenciamos, essas expressões faciais são capazes de exprimir afirmação, negação, dúvida, ordem (uso do

imperativo) e outras características presentes em línguas de sinais, e não simplesmente afeto. Pode ser que esse tipo de sinal, como se sabe pela literatura acerca da origem das línguas de sinais, possa originar uma língua de sinais de uma comunidade em particular e/ou de um país.

Os sinais terena

Apresentarei em seguida alguns dos sinais terena que foram registrados, realizados por alguns dos informantes surdos desta pesquisa.

Esses sinais são utilizados pela maioria quando não por todos os surdos terena que conheci colocarei apenas alguns, com tentativas de exemplos dos tipos de classe de palavras com sua descrição linguística e sua relação com a cultura e a importância local, quando necessário, e, em seguida, as imagens sequenciais que retratam o sinal e a trajetória do movimento desses sinais, indicadas também por setas. Minha forma de desenvolver a descrição dos sinais está baseada principalmente no trabalho de Ferreira (2010).

A LIBRAS está presente em Cachoeirinha e em outras aldeias próximas, e já influenciando os sinais nativos. Tem-se, por exemplo, os sinais terena ‘cacique’ e ‘Aldeia de Cachoeirinha’. O sinal ‘cacique’ tem a configuração de mão em “C”, o que acredito ser um primeiro indicativo da influência da LIBRAS (pois não vimos isso em outros sinais). Além disso, o sinal é realizado com um movimento descendente do ombro esquerdo em direção ao osso da bacia do lado direito do corpo, remetendo a uma faixa (presidencial, por exemplo), que representa autoridade, poder. Essa característica é proveniente da LIBRAS, como vemos no sinal ‘presidente da república’. Depois desse movimento, a mão é levada acima da cabeça, configuração de mão ainda em “C”, com a orientação da palma da mão para cima ou para baixo (me disseram que é opcional), para representar o cocar. Essa parte do sinal, que, isoladamente, constitui um sinal com significado próprio (‘cocar’) creio ser criação terena, apesar da configuração de mão já citada como pertencente à LIBRAS.

O sinal ‘Aldeia de Cachoeirinha’ tem configuração da mão direita em “C” – como já citado, marca que parece vir da LIBRAS – com a CM da mão esquerda aberta, orientação da palma da mão para cima, sendo que primeiro a mão direita em “C” toca com a ponta dos dedos a mão esquerda, o que constitui o sinal que eles utilizam para falar de ‘aldeia’. Depois, o dedo polegar da mão direita toca a palma da mão esquerda e em seguida, a mão direita faz um movimento de ondulação na diagonal e descendente, da esquerda para a direita,



remetendo a ‘cachoeira’(mas diferente, como se nota, do sinal para ‘cachoeira’ na LIBRAS).

CONCLUSÃO:

Pode-se afirmar as pesquisas feita pela autora desse artigo citado acima, foram extremamente de grande importância, os relatos e experiências obtidas nessa viagem feita pela autora dentro da comunidade indígena da aldeia cahoeirinha foram importante para o aprendizado da pesquisadora, principalmente para os futuros pesquisadores que irão usufruir desse artigo. As experiências desses indígenas surdos, foram de grande proveito, os sinais indígenas feitas pelos surdos indígenas, a pesquisadora relata cada vivências em suas palavras nesse presente artigo. O modo de como foi recebida dentro da comunidade e da família indígena. E principalmente as oficinas feita dentro da escola indígena, a fim de aprimorar alunos da população indígenas, para ensinar as línguas de sinais, para famílias desses surdos indígenas.

Nessa viagem em 2012, foram oferecidos, a pedido da comunidade, oficinas de capacitação para professores das aldeias Cachoeirinha, Babaçu, Argola e Mãe Terra sobre História da Educação de Surdos, sinais básicos da LIBRAS e debate sobre o filme “Seu nome é Jonas”, que trata da relação de um garoto surdo com sua família e a sociedade em geral. Pudemos coletar dados importantes para o entendimento de como essas relações se dão nas aldeias já citadas a partir de debates e de questionários que foram preenchidos após a exibição do filme. A pesquisadora afirma que conheceu professores, diretores, intérpretes, funcionários e colegas dos surdos que estudam em escolas na cidade de Miranda, tendo maior acesso assim, a sua realidade social e educacional.

Foram observados também existência de classificadores e incorporação de negação nesses sinais, o que são mais indicativos de que se trata de uma língua, e não apenas de sinais isolados.

Nesse momento, os aspectos linguísticos não puderam ser mais desenvolvidos, pois ainda tenho coletada uma quantidade pequena de dados, que deverá ser aumentada para a pesquisa do doutorado.



Ainda não se pode chegar a uma conclusão definitiva, mas alguns desses sinais podem ser também uma variedade da LIBRAS, pois podemos notar também algumas semelhanças entre seus sinais. É necessário fazer uma comparação detalhada dos sinais e também um levantamento bibliográfico de todos os índios surdos no Brasil de que se tem notícia e de como se constituem seus sinais, futuramente, para confirmar nossas hipóteses.

REFERÊNCIAS:

BALÉE, W. **Ka'apor: língua**. 1998. Disponível em:

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaapor/652> Acesso em: 22/01/2014

BITTENCOURT, C. M. F.; LADEIRA, M. E. **A história do povo Terena**. Brasília: MEC; São Paulo: USP/CTI, 2000. 156 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010: **Características Gerais dos Indígenas**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf. Acesso em: 01/10/2013.

FARGETTI, C.M. Pesquisa de línguas indígenas – questões de método, in DEL RÉ, A. et al(orga.) **Estudos linguísticos contemporâneos: diferentes olhares**. Série Trilhas Linguísticas – 23, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, p. 115-130

FELIPE, T. A **Políticas públicas para inserção da LIBRAS na educação de surdos**. In. Revista Espaço. Informativo Técnico Científico do INES. Nº 25/26, JAN-DEZ./ 2006, P.33-47.



FERREIRA, L. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa? : Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIROLETTI, M.F.P. **Cultura Surda e Educação Escolar Kaingang**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2008.

GIVÓN, T. **A compreensão da gramática**. São Paulo: Cortez; Natal, RN: EDUFRN, 2012. GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus Editora, 1997.

KAKUMASU, J. Y. **Urubu-Kaapor Sign Language**. In: Summer Institute of Linguistics, 2005. Disponível em: <http://www.sil.org/americas/brasil/LANGPAGE/PORTUKPG.HTM>. Acesso em: 15 mai. 2013.

KLIMA & BELLUGI. **The Signs of Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos**, v. 3. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011

NEVES, M.H.M. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2004

QUADROS, R.M.; KARNOPP, L.B. **Língua de Sinais Brasileira**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTANA, A. P. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus Editora, 2007.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 34. ed. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix Ltda, 2012.

SCHACHTER, P. Parts-of-speech systems. In: SHOPEN, T. (ed) **Language typology and syntactic description**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. vol.I.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013.



VILHALVA.S. Índios surdos: mapeamento das línguas de sinais do Mato Grosso do Sul. Petrópolis RJ: Arara Azul, 2012.

XAVIER, C. T. S. **A Escola e o Desenvolvimento Motor em Escolares**. Dissertação de mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará; 2009

**JAJAPO JAIKUAA JAIKO AWÃ – SABER, FAZER E CONVIVER: O
PROCESSO INCLUSIVO DE UM ALUNO GUARANI SURDO**

Yasmin da Silva Candelario



É de conhecimento geral que o artigo Jajapo Jaaikuaa Jaiko Awa- Saber Fazer e Conviver: O processo Inclusivo de um Aluno Guarani Surdo, pretende analisar o artigo citado logo acima dos pesquisadores: Daiane da Cunha Barros, Alberto Alvares, Patrícia dos Santos Silva, Edicleia Mascarenhas Fernandes e José Ribamar Bessa Freire. A primeira autora Daiane da Cunha, aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UERJ, bolsista do Programa de Estudos dos Povos Indígenas e pesquisadora voluntária do Núcleo de Estudos em Educação Especial e Inclusiva- Rua Professor Luis Rondeli, 106-Rio de Janeiro-CEP 21021630-daiannecunha27@bol.com.br

O segundo autor Alberto Alvares professor de Língua Guarani, aluno do Curso de Licenciatura e Educação do Campo da UFRJ, bolsista do Observatório de Educação escolar Indígena da UFMG e pesquisador do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ- Rua Ver Jaime Azevedo Km49.Seropédica-RJ. 23890-000 albertotuparay@gmail.com

A terceira autora Patrícia dos Santos Aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UERJ, bolsista do Programa de Estudos dos Povos Indígenas- Rua: 16 lote: 31 quadra 110 Parque paulista D. Caxias- RJ- CEP 25261400 patriciaorcay@yahoo.com.br

A quarta autora Edicleia Mascarenhas Fernandes Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UERJ- Coordenadora do Núcleo de Estudos em Educação Especial e Inclusiva- Rua Quintino Bocaiuva-50-D.Caxias-RJ-CEP 25010-280 professoraediclea.uerj@gmail.com.

O último autor José Ribamar Bessa Freire, professor Adjunto da Faculdade de Educação da UERJ e da Pós Graduação em Memória Social da UNI-RIO – Coordenador do Programa de Estudos dos Povos Indígenas- Rua Lopes Trovão, 247/apt.301.Niterói-RJ 24220-070bessa18@hotmail.com.

O presente artigo está dividido em cinco seções, sendo que a primeira seção é destinada a introdução, a segunda seção é destinada a metodologia do artigo, a terceira seção é dialogada pela discussão do artigo, a quarta seção trata-se do título AENDU MBARETE AJAPO AWA- Ações, pensamentos e sentimentos. A última seção discorre a conclusão do artigo.

O trabalho apresenta uma pesquisa desenvolvida no Programa de Estudos dos Povos Indígenas, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusiva da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Poucos são



os estudos realizados acerca do indígena com deficiência e as questões culturais, interculturais, linguísticas e intralinguísticas neste processo complexo de inclusão com respeito à diferença e identidade.

A pesquisa feita pelos autores desse artigo, se faz o foco um índio surdo da aldeia Sapukai envolvendo seus familiares e o professor indígena que o alfabetizou e realiza a mediação em seu processo de inclusão na cidade e na aldeia. Em suas metodologia, foram utilizados trechos das entrevistas, respostas sem as perguntas, à medida que os assuntos foram sendo abordados. Convém esclarecer que, mesmo utilizando as respostas, textualizando-as, optou-se por manter a fala do colaborador o mais integral possível, sem transcrição, mantendo a oralidade sem, contudo, descuidar da forma escrita. As entrevistas não utilizadas e não citadas no curso deste trabalho serviram de complementação às ideias apresentadas. O desafio de um trabalho como este, com fontes orais, está na possibilidade de apreender as tensões entre os grupos sociais e os sujeitos individuais nos contextos em que elas são produzidas. As fontes orais fornecem, potencialmente, elementos que permitem apreender as dinâmicas dos grupos e dos sujeitos em seus afazeres, valores, normas e comportamentos.

Com o autor das pesquisas realizadas pelo professor indígena guarani, se faz eficaz ter um olhar diferente pois apenas o ser indígena tem total domínio de descrever e olhar as necessidades dentro da comunidade indígenas. As pesquisas apontam para o olhar do observador distanciado, que busca relacionar os elementos de um sistema de forma “neutra” e “descritiva”, nesta pesquisa considerou-se que o olhar do investigador, deve estabelecer relações entre os elementos do sistema e atribuir-lhes significados de acordo com a ótica de dentro do sistema. Nesse sentido, busca-se um olhar “de perto e de dentro”, que só pode ser obtido através da participação de um observador da comunidade local.

Pode-se dizer que a cultura Guarani, tem um papel secundário da escola, ainda que esta tenha a proposição de fortalecimento da língua, da tradição.

A utilização da estrutura do material escolar, a aldeia de Sapukai dispõe de uma edificação com sala de aula, biblioteca, refeitório e anexos. Foi construída na primeira metade da década de 1990, com apoio da Prefeitura de Angra dos Reis (na gestão do Partido dos Trabalhadores) e provida inicialmente com professores pela FUNAI/SME-Angra. Nesse período, os jovens adultos guaranis solicitaram a retirada dos professores não-índios e sua substituição por docentes da própria aldeia, por considerarem a escola um espaço de trabalho dos homens jovens adultos, de ingresso de recursos (via remuneração do exercício profissional



pelo Estado) e de afumação da cultura, por meio da apropriação de saberes e tecnologias do mundo escolar não-índio, atualizados e ressignificados pela cultura guarani.

Quando o autor faz menção à ‘Educação Indígena’, o mesmo se refere aos processos educativos tradicionais de cada povo indígena. Aos processos nativos de socialização de suas crianças.” O processo de ensino-aprendizagem, na concepção da educação tradicional indígena, ocorre de forma continuada no cotidiano, nas mais diferentes atividades, nas brincadeiras, no modo de vida, nos diferentes espaços dentro da aldeia.

A fala do autor professor Algemiro da Silva;

“Antes de ele ir estudar fora da aldeia, eu e ele inventamos sinais para a gente se comunicar. Os sinais que inventamos quase é a mesma que o professor não indígena ensina. Aí começamos a andar juntos, fomos para o INSS, íamos ao banco para pegar o dinheiro. No início eu acompanhei ele sozinho. Dentro do ônibus a gente falava só em sinal, e as pessoas não indígenas olhavam para nós e pensava, eu ouvia as pessoas conversando entre eles, falando assim: Será que os dois são surdos mesmo?”

Para essa fala de Algemiro, pode-se refletir que dentro das sociedades indígenas, o ensinar e o aprender são ações mescladas, incorporadas Algemiro da Silva, professor indígena de maior experiência no Rio de Janeiro, acompanhou o desenvolvimento de Wera Kuaray, e seu processo de aquisição da língua de sinais, inicialmente gerada a partir de um código criado entre eles. À rotina do dia a dia, ao trabalho e ao lazer e não estão restritas a nenhum espaço específico. Nota-se que o processo educativo utilizado por Algemiro, vai além do que se é proposto no currículo escolar. No caso da educação indígena, a escola é todo espaço físico da comunidade. Ensina-se a pescar no rio, evidentemente. Ensina-se a plantar no roçado. Para aprender, para ensinar, qualquer lugar é lugar, qualquer hora é hora. (Rosa, 2009:52).

A surdez de Wera Kuaray não o impossibilitava de se comunicar com a turma e os sinais inventados pelo professor, faziam com que ele fosse entendido por todos. Entretanto, a única dificuldade encontrada era a comunicação com a mãe. Para os Guarani, sociedade de base oral, historicamente sem escrita, o mito aparece em rezas, canções e relatos estabelecidos nas relações com os mais velhos, entre as pessoas no cotidiano de suas vidas, na opy (casa de reza), no trabalho, nas atividades diárias, desde o nascimento até a morte(Vieira, 2006).A



palavra, como elo entre o divino e o humano, não exclui faculdades como o “ver” e o “sonhar” do âmbito das experiências espirituais (Chamorro,2008).

Ara Jera, 60 anos, mãe de Wera Kuaray, nos conta que sente muita dificuldade em se comunicar por meio de sinais, e dar conselhos para o filho:

“Eu encontro muita dificuldade nessa parte de dar conselho, mas, assim, quando eu converso com sua irmã na hora de tomar chimarrão de manhã cedo, ele também senta com a gente. A irmã dele que conversa mais com ele em sinal, porque ela sabe mais do que eu para conversar em sinal.

O seu parente entende tudo para conversar com ele, eu que sou a mãe, já não entendo muito o sinal para conversar com ele, mas o seu irmão e os outros parentes já entende mais do que eu para conversar com ele.” (25/07/11)

Segundo Vilhalva(2009) a deficiência, de um modo geral, não é um assunto palpável nas comunidades indígenas. Em contato com algumas famílias, se observa que há uma busca de entendimento do porquê de seu indagando “por que isso aconteceu justamente comigo?” como acontece na visão dos não indígenas.

A pesquisa registrou, a partir da oralidade as “experiências das pessoas vivas” envolvidas no processo de escolarização de Wera Kuaray,e do modo de vida dos Guarani, e estabeleceu relações entre história e memória indígena em relação às concepções da deficiência.

Destaca-se a força da cultura Guarani, não só para romper barreiras territoriais, mas também da fronteira educacional, onde Algemiro, reconhecendo as especificidades de seu aluno, possibilitou o desenvolvimento das potencialidades de seu aluno, garantindo a ele o acesso, e a permanência escolar.

Identificamos que a língua de sinais, considerada uma língua coletiva e social, apresenta diversos campos a serem pesquisados tanto na área surda urbana como na área surda indígena, cabendo assim aos sistemas de ensino organizar propostas curriculares que possam garantir a inclusão educacional de indígenas surdas com respeito a sua singularidade cultura e linguística.



CONCLUSÃO:

Para determinar a respeito do artigo de pesquisa sobre o tema citado a cima, pode-se aprofundar as questões de como a comunidade surda vem se desenvolvendo. Pode-se afirmar que a LSK Língua de Sinais Kaapor. Apresentada nos trabalhos de Darcy Ribeiro, que em suas expedições identificou a existência de surdos Kaapor e Brito(1995), primeira linguista a descrever a existência de uma língua de sinais indígena, a Língua de Sinais Kaapor Brasileira (LSKB). Estudos mais recentes, como a dissertação de Vilhalva (2009), com o mapeamento das línguas de sinais emergentes no Mato Grosso do Sul, e de Fica evidente, nos levam a compreensão dos processos de dentro da cultura e nos mostram como língua e cultura são intrinsecamente relacionadas.



A pesquisa registrou, a partir da oralidade as “experiências das pessoas vivas” envolvidas no processo de escolarização de Wera Kuaray, e do modo de vida dos Guarani, e estabeleceu relações entre história e memória indígena em relação às concepções da deficiência.

Destaca-se a força da cultura Guarani, não só para romper barreiras territoriais, mas também da fronteira educacional, onde Algemiro, reconhecendo as especificidades de seu aluno, possibilitou o desenvolvimento das potencialidades de seu aluno, garantindo a ele o acesso, e a permanência escolar.

Identificamos que a língua de sinais, considerada uma língua coletiva e social, apresenta diversos campos a serem pesquisados tanto na área surda urbana como na área surda indígena, cabendo assim aos sistemas de ensino organizar propostas curriculares que possam garantir a inclusão educacional de indígenas surdas com respeito a sua singularidade cultura e linguística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:



BARROS, Armando Martins. Educação, Interculturalidade e Democracia: A escola diferenciada indígena e a formação dos professores Guarani-Mbyá no Estado do Rio de Janeiro. Teias — Revista da Faculdade, Rio de Janeiro, n.3, p. 121-131, junho 2001

BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma Gramática da Língua de Sinais Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro:UFRJ, Departamento De Linguística e Filologia, 1995

Maino'i rapé — O Caminho da sabedoria/ coord. Editorial: Lucila Silva Telles. — Rio de Janeiro: IPHAN, CNFPC: UERJ, 2009.

MEIHY. José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. 5ª. Edição, revista e ampliada. SãoPaulo: Edições Loyola, 2005, p. 18.)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC, 1998.

NASCIMENTO, Adir Casaro. Escola Indígena: palco das diferenças. Campo Grande: UCDB, 2004. (Coleção teses e dissertações em educação)

PISSOLATO, Elisabeth. A duração da pessoa: Mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani). São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NuTi, 2007.

ROSA, Helena Alpini A Trajetória Histórica da Escola na Comunidade Guarani de

Massiambu, Palhoça/SC- Um Campo de Possibilidades. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado)- PPGH/ UFSC. [2009]

SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIEIRA, Ismênia de F. Educação escolar indígena: as vozes guarani sobre a escola na aldeia. 2006. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGE, UFSC. [2006].



VILHALVA, Shirley. Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas Indígenas de Mato Grosso do Sul. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Florianópolis, SC, 2009.



Yasmin da Silva Candelario

Referência Bibliográfica:

VILHALVA, S; SILVA, E. História Cultural e Política de Mato Grosso do Sul 1982-2022. Revista Espaço n.57, Jan- Jun de 2022. Rio de Janeiro.

A presente resenha pretende analisar, primeiro descritivamente e depois criticamente, o artigo escritos pelas autoras, Shirley Vilhalva, professora Mestre em Linguística pela USC, pedagoga, professora de Libras pela UFMS e Doutoranda em Linguísticas aplicada – DINTER UNICAMP – UFMS. E a autora Elaine Aparecida de Oliveira da Silva, Professora formada em Letras Libras pela UFSC, especialista em Educação Especial, professora de Libras da UFMS e mestre em estudos de tradução, PGET- UFSC, que teve como título do artigo “História Cultural e Política dos Surdos de Mato Grosso do Sul.

O presente artigo está dividido em 6 seções. A primeira seção é destinada a introdução, a segunda trata da fundamentação teórica, mulheres surdas construindo histórias em mato



grosso do sul. A terceira seção, são as conquistas legais das mulheres surdas de mato grosso do sul, a quarta seção discorre sobre programa nacional de apoio a Educação de Surdos em Mato Grosso do Sul. A quinta seção abrange as “Conquistas Acadêmicas e outras conquistas surdas em mato grosso do sul. A última seção discorre e expõe as conclusões.

O objetivo do artigo é debater a realidade social da mulher surda com ênfase na História; na língua de sinais; na cultura surda; na comunidade surda; na arte surda; na educação de surdos; na saúde; no trabalho; na sexualidade; na violência; na política; nos direitos e cidadania.

Se tratando disso, esse artigo sobre “História do Movimento Surdo de Mato Grosso do Sul teve seu início em 1982 com a fundação da Associação de Surdos de Mato Grosso do Sul. ASSUMS, pelo memorável Líder Surdo José Ipiranga de Aquino que foi para “Rio de Janeiro, a fim de estudar no Imperial Instituto Surdos-Mudos, onde cursou o ensino básico e aprendeu a Língua de Sinais e o ofício de tipógrafo. (ALBRES, 2015). José Ipiranga tinha vínculo familiar com vários surdos, inclusive com Elaine Aparecida de Oliveira da Silva, a segunda autora, que era filha de Ademir Soares da Silva e de Margarida Alves de Oliveira, prima de Ipiranga. Para isso, pode-se destacar que outros surdos também contribuíram com o Movimento Surdo de Campo Grande naquela época, sendo eles: Edgar Campos, Geraldo de Aquino, Manoel Francisco, Mariano Chaves, Joel Faraco.

Cabe ressaltar que, esse grande movimento de mulheres surdas, juntamente com o apoio dos autores desse artigo, é importante frisar e registrar que essas Mulheres Surdas Líderes desse movimento que vêm construindo história, contaram com a atuante liderança de Salete Fernandes Neves, “in memoriam”, no Espaço Mulheres Deficientes Auditivas e Surdas de São Paulo. Neves incentivou a criação da primeira Associação de Mulheres Deficientes Auditivas e Surdas de Goiás – AMDASGO -, sendo essa a primeira associação de mulheres surdas do Brasil.

Portanto, a autora Vilhalva, fez-se parte desse grande movimento nacional, buscando conhecer a trajetória em prol da comunidade surda do MS, no cenário nacional. A autora afirma que as dificuldades encontrada foi a autoaceitação para ser uma surda politizada. Para Vilhalva, passou a comunidade surda em âmbito estadual e nacional, Vilhalva participou de vários movimentos como: confederação brasileira de desportos de surdos (CBDS). Portanto, isso contribuiu muito para os movimentos dos surdos. A própria foi a primeira professora surda responsável por introduzir a Língua de Sinais na educação de Mato Grosso do Sul. Após esse movimento e a elaboração do documento “Educação que nos surdos queremos”, toda a história compôs um novo cenário e assim, os surdos militantes puderam auxiliar novas esperanças que



despontaram como passeata e com o documento. Os surdos da Militância despertam e passam a construir novas lideranças na busca de fazer valer o que conta no documento que foi elaborado e entregue as autoridades competentes. Assim, inicia-se o protagonismo surdo em busca de um ambiente que construa a história cultural com infinitas possibilidades de desconstruir um velho campo, onde os professores surdos, ao invés de ensinarem, atuavam como cuidadores de surdos, por não saberem a Língua de Sinais.

É importante relatar que em 2002, o documento 1999 (A educação que nos surdos queremos, norteou em campo grande, o projeto família de surdos e também em algumas cidades do interior do estado. Esse projeto teve início a partir de um trabalho Matriz a ser destacado: a oficina intitulada “meu filho com surdez”, iniciada no ano letivo de 2002 na escola do CEADA pela professora Shirley Vilhalva. Essa ação foi muito importante, pois oportunizou à Shirley a ida para as aldeias atender as escolas indígenas e divulgar a possibilidade de os estudantes indígenas também, serem contemplados com intérpretes da língua de sinais e que esses profissionais poderiam conhecer a língua de sinais indígenas, bem como as particularidades, considerando que cada etnia tem uma cultura própria, que ela seria respeitada, passando o conhecimento da ancestralidade e que todos os momentos que envolvessem a língua materna pudessem, desenvolver a língua de sinais, a língua escrita e a língua falada da etnia.

As mulheres surdas organizaram a primeira mobilização no dia 3 de outubro de 2004, aconteceu o I Encontro de Mulheres líderes de campo grande ms, que teve como objetivo de apontar as necessidades e elaborar propostas a serem encaminhadas para o I Encontro Latino Americano de Mulheres Surdas líderes no dia 18 e 19 de novembro de 2004, em Belo Horizonte, MG. A coordenação do grupo de mulheres surdas de campo grande contava com Clara Ramos, Helen Ballock e Shirley Vilhalva. (FENEIS, 2005, P.17). A partir desse encontro surgiu a oportunidade de participação no encontro de líderes surdas latino- americano. A partir desse encontro de mulheres líderes surdas em campo grande resultou em um importante projeto “amamentação em Libras”. Importante destacar que, no Brasil, a FENEIS foi responsável por incentivar a Organização das Mulheres Surdas, através da Professora Pós-doutora Surda Gladis Perlin, que atuou como representante legal da FENEIS, em 2003, no Curso Womens International Leadership, promovido pela Mobility International Development and Disability – Mobility International USA (MIUSA). Depois da articulação de Perlin, foram escolhidas as mulheres líderes que passariam a compor a equipe. Nessa oportunidade, Vilhalva, por fazer parte do Movimento de Mulheres Líderes Surdas, inicia os encontros em Mato Grosso do Sul juntamente com CONSEP e Secretaria de Saúde. O I Encontro Latino-Americano de Mulheres



Surdas Líderes aconteceu nos dias 18 e 19 de novembro de 2004, na cidade de Belo Horizonte (MG), no qual muitas mulheres de diferentes nacionalidades estiveram presentes.

Várias as conquistas legais das mulheres surdas de MS, dentre elas, o Protocolo de Atuação Conjunta no 01/2004 – “Capacitação em Libras”, o qual cria a oportunidade de a gestante surda ter atendimento através do SUS com Libras, conforme DO/MS 6364 de 11/11/2004 e o Protocolo de Atuação Conjunta no 02/2004 “Amamentação sem Fronteiras”, que cria a possibilidade de realização de palestras e atividades educativas pertinentes ao aleitamento materno, através das equipes multiprofissionais que trabalham com o Aleitamento Materno em Libras. O I e o II Encontro de Mulheres Surdas Líderes: Mulheres Surdas Construindo a História, que ocorreu em Campo Grande, respectivamente nos anos de 2004 e 2006, teve como objetivo principal debater a realidade social da mulher surda com ênfase na História; na Língua de Sinais; na Cultura Surda; na Comunidade Surda; na Arte Surda; na Educação de Surdos; na saúde; no trabalho; na sexualidade; na violência; na política; nos direitos e cidadania. O intuito principal deste evento foi de desencadear movimentos de luta pelas mulheres surdas nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. A Coordenação das ações estava sob a Coordenação da Líder Elaine Aparecida de Oliveira da Silva, a segunda autora. Importante registrar que as Mulheres Surdas Líderes desse movimento que vêm construindo história, contaram com a atuante liderança de Salete Fernandes Neves, “in memoriam”, no Espaço Mulheres Deficientes Auditivas e Surdas de São Paulo. Neves incentivou a criação da primeira Associação de Mulheres Deficientes Auditivas e Surdas de Goiás – AMDASGO -, sendo essa a primeira associação de mulheres surdas do Brasil. Em Mato Grosso do Sul, após toda a trajetória de lutas pelos surdos, grandes foram as conquistas: Leis, Decretos, Projetos, entre outros. Um importante registro a ser considerado está relacionado à formação acadêmica dos surdos deste estado. Através da pesquisa de Monteiro (2018), intitulada: “Mestres e Doutores Surdos: sobre a crescente formação especializada de pessoas Surdas no Brasil”, foi possível elencar a seguir pesquisadores surdos. Em 2017, a Secretaria de Estado de Educação (SED) de Campo Grande (MS) implementou o Projeto “Escola Polo Linguístico de Libras” em algumas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino de MS, levando em consideração as particularidades linguísticas, culturais e identitárias dos estudantes surdos.

Em 2011 foi organizado um movimento idealizado por Vilhalva e Eudália Gonçalves Vieira, intitulado de “FABAS – Família Bilíngue e Amigos de Surdos” de Mato Grosso do Sul,



no qual as famílias e amigos se uniram para realizar um dos maiores eventos de famílias, com uma equipe de voluntários e parceiros não governamentais, governamentais e instituições privadas. Esse movimento ganhou forças e, da união desses familiares, nasceu a AFAPSMS – Associação de Famílias, Amigos, Profissionais e Pessoas Surdas de Mato Grosso do Sul, que hoje atua efetivamente.

Outras ações foram realizadas na área cultural, com objetivo de dar continuidade à proposta de desenvolvimento da educação de indígenas surdos. Em Mato Grosso do Sul, após toda a trajetória de lutas pelos surdos, grandes foram as conquistas: Leis, Decretos, Projetos, entre outros. Um importante registro a ser considerado está relacionado à formação acadêmica dos surdos deste estado. Através da pesquisa de Monteiro (2018), intitulada: “Mestres e Doutores Surdos: sobre a crescente formação especializada de pessoas Surdas no Brasil”, foi possível elencar a seguir pesquisadores surdos.

Este artigo abordou a trajetória antes e depois dos Protagonismos Surdos pós V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos, que resultou no documento: A Educação que nós Surdos queremos. A trajetória contada oportunizou uma viagem ao tempo desde as primeiras legislações da Libras, os projetos, os programas e até as conquistas de espaços nas diferentes esferas institucionais. Essas conquistas estão entrelaçadas desde a educação, saúde e direitos ao trabalho, bem como outros direitos.

Vale ressaltar que a luta é contínua, que a grande oportunidade para a Comunidade Surda de Mato Grosso do Sul será realizada pela segunda geração de surdos e surdas que estudaram no CEADA, já que a primeira foi formada da geração dos líderes que estudaram no INES. Apesar de os documentos estarem contribuindo para elevar o processo de novos ganhos dentro da comunicação da Língua de Sinais, há necessidade de estudos mais detalhados, buscando a prática e a conscientização do que ainda precisa ser realizado, pois a história cultural e a política ainda demandam muitas pesquisas nesta área. Portanto, é essencial um novo olhar, uma nova compreensão e a aceitação de uma perspectiva baseada no Protagonismo Surdo, tendo em vista que a luta desse povo é legítima e necessária.

É notório destacar nesse trabalho de artigo de resenha, busca abordar várias temáticas sobre o movimento das mulheres surdas de Mato Grosso do Sul, na qual, resultou o documento: A educação que nós surdos queremos. Buscando sempre inovar, e principalmente lutar para os direitos da comunidade surda.



Referência:

ALBRES, N. A. História da Língua Brasileira de Sinais em Campo Grande — MS. 2005. Disponível em:
<http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=7&idart=60>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. Decreto 6949/2009 de 25 de agosto de 2009. Dispõe sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências e seu Protocolo Facultativo, assinado em nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_at02007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 14 mar. 2019.

BRASIL. Decreto ne 6.861 de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_at02007-2010/2009/Decreto/D6861.htm. Acesso: 14 mar. 2019.

BRASIL. Lei ne 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, regulamentada pelo Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 14 mar. 2019.

FENEIS. O despertar das mulheres surdas no Brasil. Revista FENEIS, v. 5, n. 24, Jan/mar. 2015. Disponível em: https://issuu.com/feneisbr/docs/revista_feneis_24. Acesso em:



14 mar. 2019.

FENEIS. Documento de Acessibilidade e Direitos Humanos dos Surdos Federação Nacional de Educação e Integração dos surdos – FENEIS, Porto Alegre, 2005.

FENEIS. Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. A educação que nós Surdos queremos. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Disponível em: <https://issuu.com/feneisbr/docs/documento> a educa o que n s surdos. Acesso em: 01 fev. 2022.

GIANOITO, A. O. Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como Fator de Desenvolvimento Local em Contextos de Territorialidades. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/mddissertacoes/22498-dissertacao-adriano-de-oliveira-gianotto.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

LONKHUIJZEN, D. M. V; CANDIA, C. E. S.; VILHALVA, S. Iniciativas de acessibilidade no Museu das Culturas Dom Bosco – Museu das Culturas Dom Bosco, apresentado no Fórum do Instituto Nacional dos Surdos – INES, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: [http://www.mcdb.org.br/materias.php?subcategoriald=8 & usarAgenda=true](http://www.mcdb.org.br/materias.php?subcategoriald=8&usarAgenda=true). Acesso em: 11 mar. 2019.

LOUBFT, M. LIMA, C. A. Literatura surda e educação: em busca de diálogos em Língua de sinais, In: SANTOS, R.; NASCIMENTO, G. V. S. (org.). Libras e educação de surdos: Retratos do Mato Grosso do Sul, São Leopoldo: Oikos, 2016. P. 205.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. SED inicia processo de implexnentação da Escola Polo Linguístico de Libras. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/sed-inicia-processo-deimplementacao-de-escola-polo-linguisticode-libras/> . Acesso em: 10 mar. 2019.



MONTEIRO, M. S, Mestres e Doutores Surdos: Sobre a Crescente Formação Especializada de Pessoas Surdas no Brasil. Revista Virtual de Cultura Surda, Centro Virtual de Cultura Surda, n. 23, maio 2018.

ISSN 1982-6842 Disponível em: http://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes
Acesso em: 01 fev. 2022.

VILHALVA, S.; ARRUDA, C. C. C.; ALBRES, N. A. Desafios na Formação Continuada de profissionais para educação inclusiva de surdos? O CAS como política de ação do MEC. In: ALBRES, Neiva de Aquino; NEVES, Sylvia Lia Grespan (org.). Libras em estudo: formação de profissionais. São Paulo: Feneis, 2014.